

OS CONFLITOS E AS CONTRADIÇÕES NA AQUISIÇÃO DA MORADIA SOCIAL NOS ENCLAVES DE POBREZA URBANA NO BRASIL: UMA ANÁLISE SOBRE A CIDADE DE ARAGUAÍNA-TO

João Manoel de Vasconcelos Filho¹
Beatriz Ribeiro Soares²

Resumo

A produção de moradia social no Brasil sempre esteve permeada, desde suas origens, pela perspectiva do custo/benefício. Assim, as determinações do mercado, de uma maneira geral, e de modo específico, do mercado imobiliário, historicamente, traçaram as matizes da política habitacional brasileira desde o começo do século XX, vindo a se gravar no momento atual. A par das contradições, pois ainda que se tenha percebido um avanço na produção da moradia social no Brasil, pode-se afirmar que as relações capitalistas comandam a produção de habitação social e, por seu turno, a aquisição da terra urbana, em todo o território brasileiro. Ao se colocar os interesses do mercado imobiliário acima dos interesses e necessidades dos grupos sociais vulneráveis, estão negligenciando, os direitos desses grupos a uma moradia adequada bem como suas necessidades de deslocamento, de lazer, de cultura e de trabalho. O presente estudo utiliza-se de base de dados dos órgãos governamentais, a exemplo do IBGE e do Ministério das Cidades. Faz uso também da base teórico-metodológica sobre esta temática, além de registros empíricos. É sob esta perspectiva que se pretende discutir, aqui a produção e aquisição da moradia social no Brasil, e por seu turno uma equidade ao direito à cidade.

Palavras-chaves: moradia social; grupos vulneráveis; pobreza urbana

¹ Professor Assistente da Universidade Federal do Tocantins, doutorando em Geografia, pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU/Estágio doutoral Universidade de Lisboa. E-mail: jmvasconcelos@yahoo.com.br

² Professora Associada 3 do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia – UFU. E-mail: brsoares@ufu.br

Introdução

O Estado brasileiro, no que diz respeito às políticas de moradia social, tem um longo caminho a seguir, face aos altos índices registrados de carências de habitação, eminentemente para a sociedade de baixa renda. Os registros têm mostrado que os planos governamentais voltados para a finalidade da produção da moradia e, por seu turno da cidade, sempre foram acompanhados de fortes conteúdos de patrimonialismo, clientelismo e na época ditatorial por um autoritarismo que marcou o desenvolvimento dos projetos de moradias para o território brasileiro.

Não seria, portanto, excepcional afirmar que o cenário das cidades brasileiras, principalmente das metrópoles e grandes cidades, carreguem a marca da desordem e da degradação social, ambiental e porque não dizer moral, que incidem diretamente sobre a vida das pessoas. A organização e a estruturação das cidades brasileiras sempre caminhou numa lógica e numa perspectiva de negar esta realidade como se este lado da cidade não existisse repassando a imagem de que a cidade é aquela apenas onde as classes mais favorecidas e os grandes projetos urbanísticos se fazem presentes. É a cidade legal, aquela considerada oficial. A outra, denominada cidade ilegal, é uma questão, que por séculos, não fizeram parte das discussões dos ciclos de debates do governo, e quando fez, não foi tratada com a seriedade e o compromisso que o problema exige.

Este trabalho pretende discutir os problemas que os grupos sociais vulneráveis enfrentam no acesso à moradia. Em um primeiro momento discute-se a problemática da habitação no plano nacional, evidenciando algumas deformidades e no segundo item apresentam-se algumas contradições e conflitos que cerceiam a produção da moradia social na cidade de Araguaína, localizada no estado do Tocantins, Brasil.

A política habitacional no território brasileiro: conflitos e contradições

O processo espaço-temporal da produção da moradia social no território brasileiro sempre esteve permeada por um discurso político que enfatiza uma pseudo preocupação com as classes sociais vulneráveis. No final do século XIX e na primeira metade do século XX, a moradia para os excluídos ganha notoriedade quando passa a ser tratada como um caso de saúde pública, notadamente no período do urbanismo

higienista, onde a força policial adentrava na casa dos moradores pobres para desinfetar os ambientes, que de tão insalubre, tornara-se um foco produtor das mais variadas doenças infecto-contagiosas, a exemplo da malária, cólera, dentre outras. Muitas vezes, a residência era queimada, destruída por completo.

A política higienista, entretanto, não tratou a questão da moradia como um problema social, e não sendo um problema social e sim de saúde, a resolução não estava em produzir moradia de qualidade para essas pessoas, mas acabar com os focos infecciosos que eram disseminadores de moléstias à cidade e, por seu turno, a sociedade, no alvorecer do modelo de sociedade urbano-industrial. Foi assim, portanto, que a problemática da moradia foi enfrentada pela emergente elite urbana que ia se constituindo em várias cidades do país.

Já no período Getulista observa-se uma preocupação com a falta de moradia para as classes trabalhadoras, principalmente os operários da então nascente indústria no Brasil. Nesse momento são criadas as carteiras previdenciárias e os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPS) que em essência, não estavam preocupados com a produção de moradias para seus associados e sim garantir-lhes aposentadoria após os anos de labuta. Eram, por assim dizer, corporativas, pois cada segmento produtivo dispunha de um fundo de pensões que cumpria uma finalidade previdenciária.

Não obstante, os recursos arrecadados pelos fundos de pensões foram utilizados para a produção de moradias dos trabalhadores da indústria, comércio e serviços, cada qual com suas preocupações específicas, voltadas quase que exclusivamente para essas classes. Poucos recursos eram destinados a produzir moradia para quem não estivessem alocados nessas categorias profissionais. Constata-se assim, que de fato, no início da política habitacional do governo federal brasileiro, não há a criação de órgãos institucionais que se preocupem exclusivamente com a produção de moradia social e que, por sua vez, estejam acima do corporativismo das classes trabalhadoras.

Talvez as origens dos conflitos que permeiam o acesso à moradia no Brasil, por parte dos grupos sociais de baixa renda estejam, na herança colonial, acrescentando aqui, as marcas do escravismo que balizou as relações entre aqueles que detinham o poder e os escravos considerados mercadoria para os seus senhores, o modelo, portanto, de servidão, foi o mesmo utilizado na formação e estruturação da urbanização brasileira, ganhando assim novas matizes e concretudes, que segundo Maricato (2006), se

estabelece em três diferentes vertentes, que se completam entre si, quais sejam: uma profunda desigualdade social, a predação ambiental e a aplicação arbitrária da lei.

Por sua vez, Raymundo Faoro (2001) explica que as contradições e os conflitos estão na base do patrimonialismo brasileiro, acarretando uma série de distúrbios e desregramentos urbanos, pois que ocorre em relações de concentração do patrimônio, poder político e econômico. O que pode conduzir ao entendimento de fatos e questionamentos que fazem parte das cenas urbanas, como os “vazios urbanos”, que na verdade são terras ociosas, que receberam investimentos públicos, mas que estão à espera de uma maior valorização, concretizando dessa forma uma especulação rentista em que a produção do espaço urbano da cidade ocorre em intermitências e direcionadas para atender os desejos de alguns grupos privilegiados. “O patrimonialismo explica a cultura de acumulação de terras e imóveis o que trava o desenvolvimento urbano e a produtividade na construção civil” (FAORO, 2001, apud MARICATO, 2006, p.212)

A emergência da industrialização acelerou o processo de urbanização no território brasileiro, onde se registram significativas ondas migratórias que deixavam o campo em direção às cidades. O novo *locus* de moradia recebeu e transcendeu sua capacidade de absorver milhares de moradores. Assim ocorreu uma urbanização aleatória, sem regras, desestruturada e precária. Surgia assim, uma nova sociedade urbana, mas não urbanizada, sem os traços de uma urbanização qualitativa.

As moradias que iam surgindo, eram construídas com recursos e esforços próprios dos milhares de migrantes, promovia-se, desse modo, a auto-construção, geralmente em áreas degradadas das cidades, ou em compartimentos muito distantes dos centros urbanos, sem a utilização dos poucos serviços que as áreas mais centrais passavam a oferecer. Não se tem para estas levas migratórias, investimentos públicos, e tampouco privados. Amontoa-se e avolumam-se moradias precárias em áreas, consideradas de risco à vida. A dificuldade de acesso à moradia legalizada passa a ser considerada como um dos maiores responsáveis pela desordem urbana, e por seu turno também, pela violência que passa a assolar a cidade.

Com a instalação do modelo ditatorial do país, ocorre a implantação de uma série de programas governamentais cuja preocupação primordial era com a habitação. É nesse período que surge o Banco Nacional de Habitação (BNH), e com este uma série de políticas e projetos de desenvolvimento urbano em larga escala, que segundo o discurso alcançaria as mais longínquas porções do território brasileiro.

Conforme aponta Vasconcelos Filho (2003) a década de 1960 é marcada pelo surgimento de vários órgãos federais destinados ao desenvolvimento de políticas de planejamento e financiamento da habitação para o território nacional, principalmente, durante a gestão dos governos militares, cuja visão autoritária, integracionista e centralizadora do território fez surgir uma expansão urbana desconexa com a realidade de cada cidade.

Portanto, em uma época denominada por Geraldo Serra (1991) de “Centralismo Autoritário”, questionava-se a criação de um banco que viria solucionar o problema da habitação que se instalava no país. Desse modo, de acordo com a lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, o então Presidente da República, Castelo Branco, cria o Banco Nacional de Habitação (BNH). Neste mesmo período, são criadas as Companhias de Habitação (COHABS), sob a tutela dos governos estaduais. Em 1967, fica estabelecido que os recursos para o financiamento da construção de moradias viriam de duas fontes, quais sejam: as cadernetas de poupança e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Um outro órgão importante para o processo de desenvolvimento urbano é a Caixa Econômica Federal (CEF), que até os dias atuais, vem operando com linhas de créditos para a construção de habitações, muito embora, sabe-se que esse órgão atendia, na maioria das vezes, a uma classe de renda intermediária brasileira, deixando de fora a maior parte da população carente.

O Banco Nacional de Habitação (BNH) transformou-se numa poderosa instituição financeira no momento em que foi determinado que ele seria o responsável por gerir todos os recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Ao mesmo tempo criou-se o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE). Conforme explica Bolaffi (1982), o BNH, foi criado com um capital equivalente a 1 bilhão de cruzeiros antigos, que eram assegurados pela arrecadação forçada de toda a classe trabalhadora regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Apesar das somas gigantescas arrecadadas e de ser transformado numa espécie de banco central da indústria da construção civil, o déficit habitacional brasileiro só fez aumentar. A proposta de criação de um banco voltado para atender o problema da moradia no Brasil, não surtiu o efeito esperado.

Segundo o relatório anual do BNH de 1971 “os recursos utilizados pelo Sistema Financeiro da Habitação só foram

suficientes para atender a 24 por cento da demanda populacional” (urbana). Isto significa que, seis anos após a criação do BNH, toda sua contribuição para atender ou diminuir o déficit que ele se propôs eliminar consistiu em que esse mesmo déficit aumentasse em 76 por cento. De acordo com as previsões do BNH, em 1971 o atendimento percentual teria sido de 25,3 por cento e, embora deva aumentar ligeiramente em cada ano até 1980, o déficit deverá exceder 37,8 por cento do incremento das necessidades. (BOLAFFI, 1975, p.53)

O que pode ter ocorrido então com uma instituição criada com o discurso e a promessa de amenizar e solucionar de vez o problema da moradia social no país. Como se vê a questão não está pautada na precariedade de recursos, pois em 1974, durante o governo do presidente Médici, o capital ativo do BNH, alcança uma soma superior a 30 bilhões de cruzeiros antigos. Mas segundo Bolaffi (1975), desde a sua criação o referido banco se limitou a arrecadar as vultosas somas e repassá-las ao capital privado, notadamente aos representantes do mercado imobiliário.

Além desta situação registra-se ainda que os desvios de recursos foram efetivados pelos governos federais que se sucederam na ditadura militar, onde utilizaram o dinheiro arrecadado da classe trabalhadora para financiar grandes obras no país, a exemplo da construção de Brasília, hidrelétricas, rodovias e outros grandes projetos estruturantes.

Fica evidente que foi dada primazia aos diversos setores econômicos do país, com uma forte conotação política clientelista que, desviando os fundos dos trabalhadores, patrocinaram empresas promovendo uma super acumulação do capital na roda de agentes econômicos e de alguns grupos privilegiados do país. É assim que hoje a concentração de rendas por parte de uma elite privilegiada, se esconde e se respalda nas prerrogativas do direito de propriedade, propriedade esta conquistada pela aquisição ilícita do dinheiro dos trabalhadores em todo o país, e que neste momento, torna possível uma especulação imobiliária sem precedentes na história recente do Brasil.

A temática em tela torna-se ainda mais instigante, diria ainda inquietante, quando em nenhum momento, desde as primeiras elucidções das políticas públicas habitacionais no território brasileiro, constatou-se uma clara efetivação e manifestação concreta de mudanças na estrutura fundiária da terra urbana em nossas cidades. Ao

invés disto, muitas vezes, nem mesmo no discurso dos governantes se evidencia tal interesse, e quando surge, a estrutura fundiária é tratada como uma questão abstrata. Entretanto, a resolução da questão habitacional não está circunscrita à produção de moradias como se tem observado.

Anos mais tarde, após o processo de redemocratização do país, percebe-se a instalação de um novo modelo de planejamento para o uso dos recursos governamentais na implantação das políticas públicas, dentre elas, a questão da habitação. O orçamento participativo começa a dar sinais de existência, como uma prática de gestão democrática na segunda metade da década de 1980, demonstrando uma redefinição das formas de planejamento, no momento em que há uma maior participação da sociedade.

A participação social assumia diferentes níveis de inserção no planejamento orientado pela esfera governamental, principalmente, ao nível local. Cardoso e Valle (1999) consideram três diferentes formas de participação, a saber: uma como valor em si, no momento que demonstrava uma ruptura com práticas autoritárias, aquela exercida nos escritórios do BNH durante a ditadura militar. Uma segunda, que era vista também como alternativa para se efetivar mudanças na escala de prioridades dos recursos públicos que seriam investidos, pressionando para que esses fossem direcionados aos setores menos favorecidos da sociedade. Por fim, o orçamento participativo da voz e vez aos movimentos sociais, ampliando desse modo o debate em torno das carências sociais.

Entretanto, os autores observam que esses níveis de participação social sofriam variações a partir das diferentes realidades históricas, sociais e culturais de nossas cidades, nas diversas regiões do país. Uma maior participação social na elaboração e implantação de políticas públicas não significa dizer que houve uma total ruptura com as fortes heranças coloniais que permeiam o processo de organização das cidades brasileiras, bem como a política deste país. Pois, se no período ditatorial tinha-se o modelo autoritário dos governantes, no pós-ditadura, assiste-se a um clientelismo entre as associações de moradores e os líderes governamentais, na escala da cidade, que de antemão cerceia, coopta e fragmenta uma verdadeira participação da sociedade na elaboração do planejamento e na efetivação do orçamento participativo.

Apesar de tais contradições não se deixa registrar que o início da década de 1990, principalmente no que tange ao desenvolvimento urbano, é marcada pela descentralização e pela municipalização, o que culminou também numa amplitude da

participação social nos planos e projetos para a cidade. Nesse contexto, é criado em 2003 o Ministério das Cidades que tem como pilares, a moradia social, o saneamento ambiental (incluindo o abastecimento de água potável, a drenagem pluvial, a coleta e destinação dos resíduos sólidos), o transporte urbano, a mobilidade, a acessibilidade e o trânsito. (Maricato, 2006)

Preocupados em atenuar a questão do acesso à moradia, e tomando ciência que o déficit habitacional do país, segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, alcançou em 2005 a cifra de 7,9 milhões de moradias, vindo a decrescer em 2007 para 7,2 milhões, constatou-se que algo em torno de 92% desse valor se concentrava nas famílias com faixa de renda de 0 a 5 salários mínimos. Nesse contexto, o Ministério das Cidades lança programas de produção de moradias, para os grupos sociais mais vulneráveis, tentando, desse modo, superar o problema do custo/benefício que historicamente permeia a construção de moradia popular, realizado principalmente pelas instituições financeiras do país.

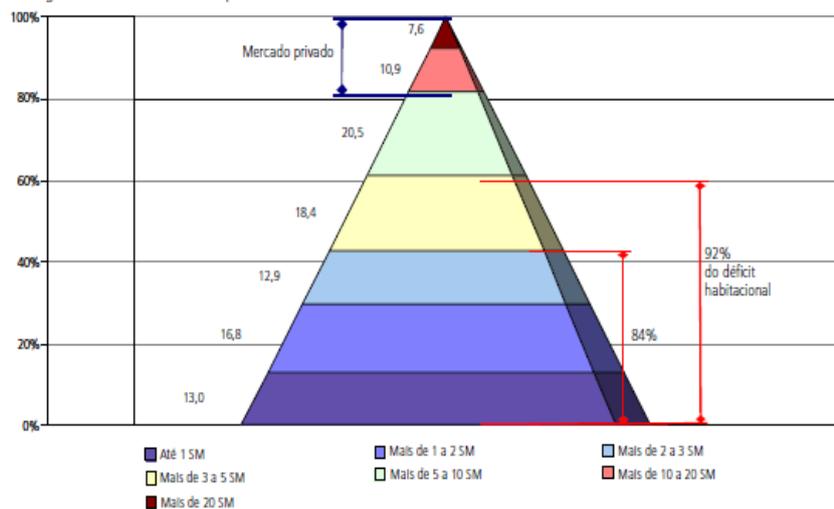
A nova política habitacional permite que o Estado brasileiro passe a subsidiar parte dos investimentos gastos em habitação para as classes de menor renda. Tomando por base as informações em Maricato³ (2006), o gráfico 1, demonstra a concentração do déficit habitacional na faixa de renda de 0 a 3 e também de 0 a 5 salários mínimos, enfocando ainda que o mercado residencial privado concentra investimentos nas faixas salariais de rendimento de 10 a mais de 20 salários mínimos o que representa entre 10,9% e 7,5 por cento do déficit habitacional, respectivamente.

³ Conforme dados elaborados por Maricato (2006), in: O Ministério das Cidades e a política nacional de desenvolvimento urbano. Disponível em: www.ipea.gov.br, Acessado em 07/10/2008.

Gráfico 1

Pirâmide de renda (população por faixa de renda) – Censo de 2000

Abrangência do mercado residencial privado e déficit de moradias nas faixas 0 a 5 e 0 a 3 SM



Fontes: Renda e déficit habitacional: Fundação João Pinheiro, 2000/Mercado residencial privado: Projeto Moradia 2001.

Em tempos mais recentes a visita da Relatoria Especial da Organização das Nações Unidas para Moradia Adequada, constata que um dos graves problemas que causa um entrave a política habitacional brasileira resulta da falta de compromisso do Estado brasileiro em resolver os questionamentos que cerceiam a estrutura fundiária, que, diga-se de passagem, é tão conservadora e se estabelece praticamente com as mesmas premissas dos colonizadores portugueses, que aqui chegaram no século XV. No item seguinte serão abordadas as discussões que permeiam a política da moradia social para o município de Araguaína.

O surgimento de Araguaína e sua inserção nos projetos da política habitacional do governo federal

Os primeiros indícios de ocupação e do surgimento do povoado que deu origem a cidade de Araguaína datam do final do século XIX. Por volta de 1876, tem-se o registro das primeiras famílias que chegam ao sítio original onde mais tarde seria fundada a cidade. Mas, no que diz respeito ao processo de urbanização, mesmo que ela seja incompleta, o momento mais significativo ocorreu com a instalação da BR-153, denominada rodovia Belém-Brasília. A cidade passou a apresentar uma expansão urbana em um ritmo mais acelerado no momento em que ela é cortada por essa rodovia. Registra-se a instalação de vários serviços e um aumento das atividades comerciais,

atribuindo uma maior dinâmica ao seu espaço urbano, ao mesmo tempo as relações entre as cidades circunvizinhas que iam surgindo também se consolidavam.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estimou para 2009, que Araguaína apresenta uma população de 119 mil habitantes. Esta cidade localiza-se ao norte do estado do Tocantins, na mesorregião Ocidental. É um importante pólo econômico, onde se destacam os serviços de saúde, educação e agências bancárias que atendem grande parte dos municípios limítrofes, bem como algumas cidades do sudeste do Pará e do Sul do Maranhão. Araguaína concorre, com Marabá, que é um importante pólo siderúrgico do estado Pará e com a cidade de Imperatriz, no Maranhão que por sua vez se destaca como centro atacadista para uma ampla região.

Trata-se de uma cidade que recebe constantemente um intenso fluxo migratório, notadamente de sua região de influência, que como foi visto, inclui municípios dentro e fora do estado. Nesse sentido, Araguaína exerce influência sobre algumas cidades do sul e sudeste do Pará bem como o sul do Maranhão, atraindo, também, pessoas de diversas regiões do país, a exemplo do Nordeste, Sudeste e Sul que vêm para cá em busca de melhorias nas suas condições de vida, influenciando, de forma significativa, seu processo de urbanização. A cidade é, ainda, uma área de fronteira agrícola da Amazônia Oriental.

O termo fronteira aqui utilizado não é por acaso, visto que, os hábitos, os valores, e a estruturação do próprio espaço urbano são claramente influenciados e caracterizados por situações que são típicas de áreas de fronteira agrícola. “A urbanização não é aí uma consequência da expansão agrícola: A fronteira já nasce urbana, tem um ritmo de urbanização mais rápido que no resto do país”. (BECKER, 1991, p. 44 apud GASPAR, 2002, p.80)

Nesse contexto, o urbano, no caso particular de Araguaína, é intensamente influenciado pelo rural, e, mesmo os serviços considerados urbanos, apresentam uma dinâmica intensa, a partir do capital gerado no campo. Esse aspecto pode ser averiguado pela ausência de um parque industrial significativo. Conta-se apenas com o Distrito agro-industrial de Araguaína (DAIARA), que não apresenta empresas de grande porte. Desse modo, a maioria dos produtos industrializados consumidos em Araguaína vem de outras regiões do país, fato este que encarece bastante as mercadorias. Tendo como consequência um aumento no custo de vida da sociedade local.

Um dos mais dramáticos problemas vivenciados pela sociedade urbana de Araguaína está vinculado à extrema precariedade da sua estrutura urbana. Esse fato vem sendo registrado há vários anos sem que tenha ocorrido programas governamentais que atenuem a questão. As carências da infraestrutura urbana não estão circunscritas às áreas mais pobres, ela se tornou uma realidade no conjunto da cidade como um todo.

O registro da construção das primeiras casas como sendo fruto de política habitacional, vem da década de 1970, mais precisamente em 1977, quando não havia sido criado o estado do Tocantins, sendo Araguaína pertencente ao então estado de Goiás. A Vila Couto Magalhães foi construída como parte integrante do programa governamental de moradia popular do governo goiano, que por sua vez estava integrado aos programas desenvolvidos pelas políticas habitacionais do sistema BNH/SFH, do governo federal.

A Vila Couto Magalhães foi anunciada, por assim dizer, pela Companhia de Habitação de Goiás - COHAB - GO pela R- 1 m - 2.049 no dia 21 de julho de 1977. A área total onde seriam implantadas as moradias é de 145.200m². A construção da referida Vila Couto Magalhães teve início em 1980, entretanto, em 1983 a mesma foi invadida por taxistas. O regime de construção se deu em ritmo mutirão na época do governo Iris Rezende. Nesse período em função da guerra das Malvinas, a Vila passou a se chamar “Vila Malvinas”, mas teve seu nome original retomado após o término do conflito que envolveu Inglaterra e Argentina.

Outro exemplo de política pública habitacional em Araguaína é a construção do Conjunto Residencial Patrocínio, ocorrido no começo da década de 1990, precisamente em 1992. Construído com uma relativa infraestrutura composta por energia elétrica e fornecimento de água potável, mas sem asfaltamento das ruas e com poucas áreas de lazer para seus moradores. O conjunto apresenta um total de mais de 400 unidades habitacionais. Tem-se ainda a construção do conjunto residencial Jardim das Flores, cuja implantação ocorreu em 2005. Das políticas habitacionais presentes em Araguaína estas são as mais representativas. Mas também merecem destaques os conjuntos residenciais Vila Ribeiro e Céu Azul. Outras moradias contempladas pelas políticas de moradia popular em parceria com a prefeitura, governo do estado e governo federal são efetivadas através do cheque moradia que visa, principalmente a reforma de residências e não sua construção.

Nos últimos anos tem-se registrado várias ocupações em propriedades urbanas, sejam públicas ou privadas, em Araguaína. É também significativa a velocidade com que este problema vem se instalando no espaço urbano da cidade. Apenas a título de exemplo, temos alguns setores, como: Monte Sinai, Maracanã, Alto Bonito, Tiúba, Cimba, Xixebal, dentre outros. O caso do Setor Monte Sinai, ganhou notoriedade na mídia por ter envolvido não apenas disputas por parte dos ocupantes da área e aqueles que se dizem proprietários de fato, mas também disputas de poder envolvendo o Estado e o Município. Os referidos governos não comungam das mesmas idéias quando a questão é remover as pessoas do lugar ou construir moradias através dos convênios com o Ministério das Cidades. Isto tem acirrado ainda mais a disputa.

A propriedade denominada “Monte Sinai” encontra-se situada as margens da BR-153, na saída sul da cidade de Araguaína, entre os Bairros de Fátima e Nova Araguaína. Segundo o ex- presidente da Associação de Moradores do Monte Sinai, José Roberto do Nascimento Lima, o loteamento, possui 54 quadras e cerca de 1006 lotes. Além dos moradores atuais, chacareiros e posseiros, lutam pelo direito de posse definitivo desta área.

Conversando com alguns desses atores sociais constatou-se a existência de casos de contaminação de um córrego que passa próximo a área, onde muitas famílias usam a água para tomar banho, lavar roupas e utensílios domésticos, e às vezes, bebem dessa água. Os índices de saúde são os mais dramáticos, pois há vários casos de uma doença conhecida como Leshimaniose Visceral, popularmente conhecida como calazar. Ela é transmitida através de um mosquito que tem como hospedeiro os cães. Os hospitais têm registrado um significativo número de óbitos em função dessa doença. Outro problema é ausência de equipamentos urbanos de uso coletivo, a exemplo de escolas, creches, postos de saúde, transporte urbano e quadras esportivas. Estas carências comprometem ainda mais a qualidade de vida das famílias. Além dessa situação, o fornecimento de água e energia elétrica, é na maioria das vezes, clandestino.

O caso mais recente de conflitos urbanos para aquisição de moradia popular é a ocupação da área denominada “Vila Maranhão”, onde as pessoas passaram a construir suas casas numa parte da propriedade pertencente à chácara Santa Rita, nos arredores da cidade, cujo proprietário é o professor Carvalho. A referida área foi dividida em mais de 200 lotes, conforme nota da Prefeitura de Araguaína. Entretanto, o proprietário entrou com um termo de reintegração de posse concedido pela justiça. As famílias foram

despejadas e todas as moradias construídas em alvenaria e outros materiais foram demolidas. Não houve nenhuma assistência por parte da Prefeitura Municipal para tentar amenizar a situação em que se encontram muitas famílias despejadas da área.

Considerações finais

É fato que a problemática da cidade se avolumou nas últimas décadas do século passado, ganhando dimensões ainda mais expressivas no momento atual. A questão da moradia, apesar do volume de discussões e produções científicas ainda é uma realidade marcante nas cidades gerando, por seu turno, um corolário de tantos outros problemas urbanos.

A posse legal da moradia adequada é bastante representativa na vida das pessoas. Sem a moradia o indivíduo está muito mais vulnerável a uma série de distúrbios sociais e de mazelas que passam a fazer parte de maneira muito mais corriqueira na cidade do século atual. No caso brasileiro, e de forma particular em Araguaína, o real direito à moradia é ainda uma realidade a ser vivida.

Temos uma forte herança de distanciamento do que é Lei, no que diz respeito à implementação de planos e projetos, principalmente quando se tem um instrumento regulador da estrutura fundiária urbana – o Estatuto da Cidade, que não tem sido devido aplicado. A regra, no caso do Brasil, é deixar a Lei passar ao largo. Assim, temos a soma de décadas de planos e projetos que não funcionam a contento, não se implementam e não atendem as necessidades reais dos grupos sociais vulneráveis. Quando se atesta que 92% do déficit habitacional brasileiro se concentra na faixa salarial daqueles que recebem de 0 a 5 salários mínimos, é perceptível que algo está indo no caminho contrário do que apregoa o discurso governamental.

Outra situação que está na base do problema do acesso à moradia seria a concretização do cumprimento da regularização fundiária da terra urbana. Esta deverá sofrer redefinições, no tocante a aquisição por parte dos grupos vulneráveis, assim como a política de produção de moradia para essa classe social que tem sido conduzida pela relação custo/benefício. Os estudos mostram que tais questões atrasam o processo de realização de uma política mais eficiente que de fato atenua a questão em tela. Em outras palavras é preciso superá-la, utilizando inclusive, os mesmos instrumentos legalistas postos nos documentos oficiais e que são utilizados em larga medida nos

discursos governamentais em diferentes escalas. O assunto em discussão requer antes de tudo um compromisso, um pacto, um contrato verdadeiramente social.

Referências

- BOLAFFI, Gabriel. **Habitação e Urbanismo**: o problema e o falso problema. In: A produção capitalista da casa e (da cidade) no Brasil industrial. Organizadora: Ermínia Maricato. 2ª edição. São Paulo: Alfa ômega, 1982.
- BOTEGA, Leonardo da Rocha. A política habitacional no Brasil (1930-1990). Disponível em: www.revistarevela.com.br . Acessado em 19/10/2010
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acessado em 15/08/2010.
- CARDOSO, Adauto Lúcio. & VALLE, Cleber Lago do. Habitação e governança urbana: avaliação da experiência em 10 cidades brasileiras. Texto eletrônico, disponível em: [HTTP://web.observatoriodasmetroles.net](http://web.observatoriodasmetroles.net), Acessado em: 29/03/2010
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil**. Brasília: Ministério das Cidades/PNUD, 2004.
- MARICATO, Ermínia. **O Ministério das Cidades e a política nacional de desenvolvimento urbano**. Disponível em: www.ipea.gov.br, Acessado em 07/10/2008.
- ROLNIK, Raquel. e SAULE JÚNIOR, Nelson. **Estatuto da cidade**: Novas perspectivas para a reforma urbana. São Paulo: Polis, 2001.
- ROLNIK, Raquel. & NAKANO, Kazuo. **As armadilhas do pacote habitacional**. In: Le Monde Diplomatique Brasil. Ano 2, n. 20, março de 2009. São Paulo: Instituto Polis, 2009.
- SERRA, Geraldo. **Urbanização e centralismo autoritário**. São Paulo: Nobel: Editora da Universidade de São Paulo, 1991.
- VASCONCELOS FILHO, João Manoel de. **A produção e reprodução do espaço urbano no litoral norte de João Pessoa**: a atuação dos agentes imobiliários. Recife: Universidade Federal de Pernambuco. 2003 (Dissertação de Mestrado em Geografia).